

Aureliano não apóia Sarney na crítica à Carta

JOZAFÁ DANTAS
Enviado Especial

La Paz — “Não se pode julgar a Assembleia Nacional Constituinte”, afirmou o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que, entretanto, defendeu o direito de se opinar sobre o trabalho de elaboração da nova Carta. Ao assumir essa posição, o ministro coloca-se contra a postura assumida pelo Palácio do Planalto e transmitida pelo presidente José Sarney em pronunciamento na semana passada. Para Aureliano, a Constituinte não é salvadora nem catastrófica. Ele defendeu o texto aprovado, argumentando que quem afirma que ele é ruim não se deu ao trabalho de lê-lo.

Aureliano, que acompanha o presidente Sarney na sua visita oficial à Bolívia, pretende deixar o Ministério das Minas e Energia depois dos trabalhos constituintes, mas observa que não “tem data fata”, mas espaço definido”. A sua saída ainda depende de alguns acertos que estão sendo feitos no MME. A sua decisão de deixar o cargo já tinha sido revelada há alguns meses por achar que com a promulgação da nova Constituição estará concluído o processo de transição democrática.

Aureliano Chaves não diz se vai concorrer à Presidência da República, preferindo aguardar o fim dos trabalhos constituintes, para depois decidir. Ele acha que a Constituinte não vai definir candidatos, mas somente indicá-los, numa clara alusão ao deputado Ulysses Guimarães, que nos últimos dias tem o seu nome lembrado com bastante ênfase para suceder Sarney. Como observou um ministro muito ligado ao Presidente, o fortalecimento

Tática de Ulysses não assusta Brizola

São Paulo — A possível campanha do deputado Ulysses Guimarães (PMDB) centrada na nova Constituição não assusta o também provável candidato à presidência, Leonel Brizola (PDT). “Se ele fizer isso os resultados vão ser medíocres”, afirmou Brizola, que participou ontem da gravação de vários programas para a televisão nesta capital.

O povo não se sente confortado com a nova Constituição. Ela é decepcionante, principalmente por não ter marcado as eleições presidenciais logo de início e ainda agora conceder mais um ano para o governo Sarney — comentou Brizola.

O presidente nacional do PDT voltou a comentar as divergências entre Ulysses

to de Ulysses é muito bom para o Palácio do Planalto. Por isso, Sarney não ficou com mágoa do discurso da última quarta-feira.

O ministro lamenta não poder continuar no trem “até o fim da linha”. Ele justifica a sua decisão de desembarcar argumentando que “muitos vagões des-carrilaram no meio do percurso”. Por uma questão de coerência, Aureliano evitou falar sobre a credibilidade do Governo e, ao ser questionado sobre a baixa popularidade do Poder Executivo e, especialmente, dos homens públicos, disse que tudo tem sua exceção, observando que até a imprensa passa por um período de descrédito.

Um novo choque na economia não tem o aval do ministro Aureliano. Ele acha que o Brasil precisa de programas realistas e “não eleitorais”, como ocorreu com o Plano Cruzado, em 1986, quando o PMDB foi o partido mais beneficiado, como fez questão de lembrar várias vezes. O programa foi generoso demais e não podia ter dado certo, sustentou, lembrando que não participou da euforia.

Aureliano Chaves estava tranquilo — a sua conversa foi por volta das 23 horas de La Paz (zero hora de Brasília). Ao falar sobre as eleições municipais marcadas para novembro, o ministro falou que o PMDB não vai obter o mesmo sucesso de 86, e não servirá como trampolim para nenhum candidato chegar ao Palácio do Planalto. Para ele, o pleito é indicador, não definidor.

A sua presença em La Paz foi exigida pela negociação que o Governo brasileiro vem desenvolvendo com o governo boliviano para a compra de gás natural.

e o presidente Sarney, dizendo que não passa de uma simulação:

— O Presidente ataca a Constituição e o Ulysses defende. E tudo combinado, tudo com a intenção de polarizar o povo brasileiro entre essas duas figuras — reafirmou Brizola.

— Daqui para a frente o conservadorismo colocará a questão da seguinte forma: “Cuidado, não podemos sacrificar a futura Constituição, convém sacrificar os anéis para não sacrificar os dedos. Vamos tirar então do texto da nova Carta este benefício social, aquele e mais vários outros, a fim de que esta nova Constituição venha a ser aceita por todos”. E eu dou poucos dias para que isto venha a acontecer — apostou Brizola.

Plenário vazio adia o segundo turno

Expectativa é de que só haja votação amanhã, com volta de Ulysses

A sessão de ontem da Constituinte registrou um dos mais baixos quorums desde o início dos trabalhos. As 15h15, depois de o presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), suspender a sessão por meia hora para esperar a chegada de mais constituintes, apenas 104 digitaram seus códigos no painel. Arbage foi obrigado a encerrar os trabalhos, convocando nova sessão para hoje, às 13h30, quando a falta de quorum deve se repetir. Se nesta semana houver 280 em plenário, isso só vai acontecer na quarta-feira, dia em que o presidente Ulysses Guimarães reassume a presidência da Constituinte.

Quando a sessão foi aberta, às 13h30, o quadro era ainda mais melancólico que na verificação de número. Embora a lista registrasse a presença de 95 constituintes na Casa, apenas três “pontuais” já estavam no plenário, além do presidente Jorge Arbage: os deputados Farabullini Júnior (PTB-SP), Amaury Müller (PDT-RS) e Adylson Motta (PDS-RS). O assíduo Farabullini elogiou a assiduidade de Arbage, também lembrada pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG):

— Fico indignado em ver o companheiro Jorge Arbage obstinado em manter o parlamento

funcionando e o ridículo que é estarmos patrocinando este teatro de uma Constituinte que não funciona — disse Delgado, ao propor a imediata verificação de quorum para provocar a suspensão da sessão.

Durante o pinga-fogo de uma hora, falaram nove constituintes, sobre os mais variados assuntos. O deputado Amaury Müller, depois de criticar a anistia fiscal e defender a anistia da correção monetária sobre os débitos dos pequenos e microempresários, lembrou o aniversário do líder negro Nelson Mandela, no dia 18 de julho.

— Mesmo com algum atraso desejo unir minha voz aos clamores internacionais que exigem a imediata libertação de Mandela — disse Amaury a um plenário vazio.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG) também defendeu a manutenção da anistia da correção para as dívidas dos pequenos empresários e produtores, fruto de uma emenda assinada por ele, pelo deputado Ziza Valadares (PSDB-MG) e pelo senador Mansueto de Lacerda (PMDB-PE). O deputado mineiro lembrou que, através de uma resolução baixada no ano passado pelo Banco Central, os bancos já haviam re-

servado 75 por cento de seus lucros para atender a eventuais dívidas insolúveis dos empresários e acusou os bancos de terem gasto estas reservas para outros fins.

— Não há outra justificativa para se armar uma campanha tão violenta contra uma providência como essa — denunciou Humberto Souto.

O deputado Adylson Motta acusou a Mesa de haver recebido emendas modificativas para o segundo turno, quando só são permitidas pelo regimento emendas supressivas, redacionais ou de erro. “Vou denunciar porque me sinto prejudicado. Propostas minhas debatidas e votadas estão correndo o risco de serem retiradas ou modificadas por emendas inadequadas”, protestou Adylson Motta.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) criticou as ameaças feitas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de demitir funcionários das estatais para reduzir o déficit público. “Este é um governo que não pode querer tirar o emprego de ninguém e nem cortar coisa alguma, pois é um governo nitidamente empreguista e gastador”, disse Tutu.

Britto: Sem acordo promulgação demora

“Se não houver um trabalho intenso das lideranças partidárias no sentido de alterar as votações na Constituinte, provavelmente a promulgação da nova Carta só será feita daqui a três meses”. O alerta é do vice-líder do PMDB, Antônio Britto (RS), que garantiu serem necessárias cerca de 17 semanas para que todo o processo se complete. “Votando uma média de 15 destaques por sessão — como estamos fazendo agora —, precisaremos de pelo menos 50 dias úteis para terminar esse trabalho. Serão quase quatro meses”, disse ele.

Segundo Antônio Britto essa é uma preocupação de todas as lideranças partidárias, que estão se reunindo com o objetivo de traçar uma nova conduta de votação, que permita acelerar os trabalhos. Britto disse que já existe uma concordância de se votar em bloco as emendas já acordadas e de se fazer um trabalho drástico, junto aos liderados para que esses retirem em massa suas emendas. “Ficariam então para votar, uma a uma, apenas as emendas sem acordo, e aquelas teimosas, cujos autores se recusam a participar dessa alteração”.

Uma outra proposta que está sendo discutida, segundo Antô-

nio Britto, é a de se condensar em determinados dias as votações das questões polêmicas, “em dias pré-marcados e sem surpresas”. O vice-líder ressaltou, no entanto, que essa alteração só surtiria efeito até o dia 15 de setembro. “Até lá — disse — ainda dá para segurar os constituintes em Brasília por três dias, mas depois do dia 15 a Assembleia corre o risco de funcionar apenas dois dias por semana, e olhe lá”.

O vice-líder do PT, José Genoíno Neto (SP), que concorda com a possibilidade de se votar em bloco as emendas já acordadas, acredita que o grande problema reside no fato de a direita não querer dar quorum. “Se houver quorum — continuou — terminamos o trabalho em um mês, mas se o governo continuar a boicotar, não adianta as tentativas de acelerar as votações”. Genoíno também só concordará em votar as polêmicas em um só dia, se estiverem dentro de um mesmo capítulo, “e não aleatoriamente”.

O líder do PCB, Roberto Freire (PE), também não concorda com a idéia de se reunir as questões polêmicas, e marcar as votações destes temas com antecedência.

Líder diz que Carta não mudará

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, identifica entre os constituintes “um sentimento amplamente majoritário de preservação” do texto da nova Carta na votação das emendas em segundo turno. Entre os parlamentares do PMDB, que continuam detendo maioria em plenário, Ibsen vê a preocupação de “proteção aos avanços sociais e institucionais que integram o projeto da Constituição”.

— O deputado Nelson Jobim, nosso Líder na Constituinte, é quem está conduzindo as táticas de plenário, onde o PMDB tratará de defender os avanços que respondem aos anseios da sociedade brasileira. Se alguém quiser tocar nestas conquistas, terá de arranjar 280 votos para suprimi-las, o que considero difícil — afirmou.

O texto atual precisa de “pequenos ajustes”, admite o deputado gaúcho. Mas ele está convencido de que pontos como direito de greve, liberdade sindical, aviso prévio, imposto sobre fortunas, pesquisa mineral, mandado de injunção e habeas-data não serão suprimidos.

“O texto é bom e equilibrado. Só precisa de correções e polimentos, como qualquer obra humana”.

JULIO ALCANTARA



A presença não chegou à metade do mínimo (280) exigido

Mesquita não pagou lobby para a ilha

Os integrantes do Comitê de Defesa do Território de Fernando de Noronha negaram ontem que tenham sido contratados pelo governo do território para fazer lobby na Constituinte contra a sua anexação ao Estado de Pernambuco.

Maílde Costa, um dos 27 integrantes do Comitê que est-a em Brasília para convencer os constituintes que o fim da administração da União representará uma ameaça à ecologia do arquipélago, explica que toda a iniciativa de tentar mudar os votos na Constituinte, — que aprovou a anexação nas disposições transitórias —, partiu dos próprios moradores, sem nenhuma interferência direta do governador Fernando César Mesquita.

Maílde Costa nega que qualquer morador do Território que

esteja atuando no Congresso seja contratado pelo governo local, e desmente também que os integrantes do Comitê distribuam mapas do Território em seus contatos com os constituintes.

— Esses mapas são mapas de zoneamento agroecológico que o Instituto Cultural e Científico do arquipélago mandou produzir para distribuir entre as universidades e órgãos do governo federal e da iniciativa privada ligados à ecologia e às pesquisas sobre meio ambiente. Nós conseguimos alguns junto ao ICCA e só demos a uns poucos constituintes porque eles pediram, e não porque trouxemos para distribuir a todos eles, explicou. Maílde lembra que os moradores organizaram bingos e gincanas que permitiram levantar os recursos para a vinda do comitê a Brasília.